

PARECER N.º /2023.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PROJETO DE LEI N.º 191/2022.

OBJETO: RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RURAL DO PAPAMEL E AMIGOS.

AUTOR: VEREADOR PETRÔNIO NEGO ROCHA.

RELATOR: VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES.

1. Relatório:

De iniciativa do ilustre Vereador Petrônio Nego Rocha, o Projeto de Lei n.º 191/2022 tem o objetivo de reconhecer como de utilidade pública a Associação Rural do Papamel e Amigos.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria do Vereador Paulo César Roodrigues, por força do r.despacho do Presidente desta Comissão datado de 13/2/2023.

2. Fundamentação:

2.1. Competência:

A análise desta Comissão se restringe ao disposto no Regimento Interno desta Casa nas alíneas “a” e “g” do inciso I do artigo 102, conforme abaixo descrito:

*Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:
I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:*

*a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;(...)
g) admissibilidade de proposições.*

A Lei Orgânica do Município de Unaí trouxe em seu artigo 62 a competência privativa da Câmara Municipal para o reconhecimento de utilidade pública das entidades, senão vejamos:

*Art. 62. Compete privativamente à Câmara Municipal:
XXVI - reconhecer de utilidade pública entidades de caráter associativo e cooperativista do Município;*

No que tange ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Unaí, encontram-se as seguintes previsões:

*Art. 172. O Presidente da Câmara só recebe proposição redigida com clareza e observância da técnica legislativa e do estilo parlamentar.
(...)*

§ 6º A proposição que objetivar a declaração de utilidade pública somente será recebida pelo Presidente da Câmara se acompanhada pelos documentos exigidos em legislação específica do Município.

*Art. 251. Salvo disposições regimentais em contrário, passam por dois turnos de discussão e votação todas as proposições, com exceção das que tenham tramitação disposta em regulamento próprio e as proposições que passam por turno único dispostas a seguir:
(...)*

IV - que declarem entidades de utilidade pública;

A Lei Municipal n.º 1.296, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta o reconhecimento de utilidade pública menciona que:

Art. 2º A iniciativa do processo de reconhecimento de utilidade pública cabe ao Prefeito, a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara.

Assim, não há vício de iniciativa.

2.2. Requisitos:

O projeto de lei em questão de autoria do Vereador Petrônio Nego Rocha objetiva reconhecer como de utilidade pública a **Associação Rural do Papamel e Amigos**, entidade privada, sem fins lucrativos, registrada sob o CNPJ n.º 43.199.646/0001-52, com sede na Fazenda Papamel, S/N, localizada na Zona Rural de Unaí-MG.

A Lei nº 1.296, de 1990, traz os seguintes requisitos:

Art. 3º São condições indispensáveis para o reconhecimento de utilidade pública, observada a finalidade de cada associação:

- I - ter no mínimo 1 (um) ano de comprovada atuação em favor da coletividade, contados da data de sua fundação;*
- II - contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento do ensino, da saúde, do transporte, dos serviços públicos e das atividades culturais do Município;*
- III - auxiliar na formação da cultura local, através do pluralismo de ideias e da livre manifestação e expressão;*
- IV - executar atividades de caráter assistencial ou educacional; e*
- V - exercer quaisquer atividades que contribuam, diretamente, para o desenvolvimento científico, artístico e histórico e para a preservação do meio ambiente.*

Parágrafo único. É vedado o reconhecimento de utilidade pública a órgãos ou entidades que gozem de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.

Art. 4º O processo legislativo de reconhecimento de utilidade pública deverá ser instruído com os seguintes documentos:


- I - estatuto social registrado em cartório competente (fls. 8/22);*
- II - declaração da diretoria de que não remunera, a qualquer título, os mantenedores e os associados (fl. 26);*
- III - relatórios das gratuidades dos alunos que pagam mensalidades, e o último balanço mensal quando se tratar de entidade educacional;*
- IV - declaração da diretoria de que a entidade está em funcionamento, com estrita observância dos estatutos (fl. 25);*
- V - cópia da ata de eleição da diretoria em exercício (fl. 23);*
- VI - comprovação de patrimônio superior a 100 (cem) vezes o maior valor de referência, em caso de fundação;*
- VII - inscrição no cadastro geral de contribuintes; e*
- VIII - extrato do estatuto publicado no Diário Oficial do Estado.*

Verifica-se que foram juntados

- a Ata de Fundação de Associação e Eleição de Diretoria para aprovação do Estatuto Social, eleição da Diretoria Biênio (2020/2022), datada de 18/07/2020, com a eleição dos membros da diretoria, registrada em cartório sob o n.º 1144 – LIV A-66, pág. 225 AV N.º 1, em 19/08/2021 (fls. 06/07);
- Estatuto Social registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos sob o protocolon.º 45896 REG n.º 1144 – LIV A-66, pág. 228 AV N.º 1, em 19/8/2021 (fls. 8/22);
- a Ata da Assembleia Geral Ordinária para a eleição da Diretoria Biênio (2022 a 2024), datada de

16/10/2022, com a eleição dos membros da diretoria, registrada em cartório sob o n.º 1144, av 3, protocolo n.º 48129, em 12/12/2022 (fl.23);

- Edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária, para eleição e posse da nova diretoria e ingresso de novos associados, realizada na residência do Senhor Presidente, Uiraci de Souza Rocha, às 17 horas do dia 16 de outubro de 2022, procolodo 48128, registro 144 AV 2 do cartorio de registro de titulos e documentos e civil das pessoas juridicas.
- declarações assinadas pelo Presidente, Senhor Uiraci de Sousa Rocha, datadas de 21/11/2022, afirmando que a Associação Rural do Papamel e Amigos está em pleno funcionamento de suas atividades, com estrita observância dos estatutos e não remunera a qualquer título os membros de sua Diretoria e respectivos associados, bem como não goza de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.
- O cartão do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – da associação foi consultado pelo Relator no site oficial da Receita Federal e consta o n.º 43.199.646/0001 - 52, cujo nome empresarial e nome de fantasia é Associação dos Amigos, com situação cadastral ativa, com data de abertura 19 08 2021 e descrição da natureza jurídica como sendo associação privada, conforme a seguir transcreve-se:

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NUMERO DE INSCRIÇÃO 43.199.646/0001-52 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/08/2021
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO RURAL DO PAPAMEL E AMIGOS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DOS AMIGOS		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO A RURAL	NUMERO 0	COMPLEMENTO *****	
CEP 38.623-899	BAIRRO/DISTRITO AREA RURAL DE UNAI	MUNICÍPIO UNAI	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADEPLANALTO@UNACABO.COM.BR		TELEFONE (38) 9728-9749	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/08/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Ressalta-se que, segundo o parágrafo único do artigo 4º da Lei n.º 1.296, de 1990, a declaração ou a apresentação de documentos falsos implica na nulidade imediata do ato de reconhecimento de utilidade pública e na suspensão de todos os seus efeitos.

O interstício mínimo de 1 (um) ano de atuação a favor da coletividade, exigido pelo inciso I do artigo 3º da Lei n.º 1.296 de 1990, encontra-se cumprido, pois consta a data 19/8/2021 do registro do estatuto e o Presidente da Associação declara que a entidade se encontra em funcionamento com estrita observância do estatuto.

O comprovante da publicação do extrato do Estatuto Social em órgão oficial, antes uma exigência prevista no inciso VIII do artigo 4º da Lei Municipal n.º 1.296, de 1990, e no artigo 121 da Lei Federal n.º 6.015/73 deixou de ser necessário ao reconhecimento de utilidade pública da associação, em face da modificação sofrida por este último dispositivo, por força da Lei Federal n.º 9.042, de 9 de maio de 1995.

O autor do projeto traz a seguinte justificativa:

“Esta entidade tem prestado excelentes trabalhos para os moradores da Fazenda Papamel e região, uma vez que por meio da diretoria sempre buscam correr atrás dos anseios dos associados, visando o crescimento e desenvolvimento de todos”.

Portanto, não vejo empecilho para que a matéria seja aprovada por esta Casa

Legislativa, uma vez que foram cumpridos os requisitos previstos na Lei n.º 1.296, de 1990 para o reconhecimento de utilidade pública.

3. Conclusão:

Ante o exposto e salvo melhor juízo, sob os aspectos aqui analisados, dou pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei n.º 191/2022.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 15 de fevereiro de 2023; 79º da Instalação do Município.

VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES
Relator Designado